

### **Paulo César Tomaz**

Graduado em História pela Universidade Estadual de Maringá – Mestrando do PPH-UEM/PR. Email: paulo.nane@ibest.com.br. (Orientador: prof<sup>a</sup> Sandra C. A. Pelegrini (pós-doutoranda pelo NEE/UNICAMP. Docente do DHI-UEM/Pr)

### **LEITURA E USO DAS FONTES NO ENSINO DE HISTÓRIA**

Quando nos referimos ao estudo Histórico, logo toma relevo a importância dos fatos históricos, sendo estes registrados através de fontes documentais, e posteriormente interpretados por historiadores, textos os quais chegam aos nossos alunos através dos livros didáticos. Para uma melhor apreensão desse processo, torna-se necessário compreendermos de que forma as fontes documentais eram interpretadas pelas principais correntes historiográficas e de que forma o professor de história deve hoje trabalhar esse processo para um melhor aproveitamento do aluno em sala de aula.

Assim sendo estudaremos as principais correntes historiográficas e seu trato com as fontes documentais, buscando compreender como essas correntes historiográficas trataram a leitura, a interpretação e o uso das fontes para a compreensão dos acontecimentos históricos. São essas correntes historiográficas o Positivismo, o Marxismo e a História Nova. Após essa análise, procuraremos ponderar sobre o enfoque dado a esse assunto no ensino de História no Brasil, tendo como base de análise os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> Séries no ensino de História,

#### **O Positivismo e seu trato com a fonte documental**

Surgido em meados da metade do século XIX o positivismo nasceu da busca de aplicar os princípios e métodos das ciências naturais às ciências humanas, visando dessa forma a obtenção de resultados claros, objetivos e completamente corretos. Os positivistas acreditavam num ideal de neutralidade, isto é, na separação entre o sujeito e o objeto, entre o autor e a sua obra. A obra em vez de mostrar as opiniões e julgamentos de seu autor, retrataria de forma neutra e clara uma dada realidade a partir de seus fatos, mas sem os analisar. O processo de recepção nesse caso seria passivo: tendo recebido os fatos, o historiador então atua sobre eles. Os positivistas acreditavam poder banir toda a imaginação do trabalho histórico, uma vez que qualquer vestígio de opinião do historiador na pesquisa e na análise altera o sentido e a verdade própria dos fatos, modificando desse modo a própria História. Segundo os positivistas era preciso primeiro acertar os fatos para somente depois correr o risco de “mergulhar nas areias movediças da interpretação”.

Para os historiadores positivistas os fatos históricos falam por si mesmos, resta apenas ao pesquisador coletá-los, ajotá-los e colocá-los a mostra. A tarefa do historiador era apenas mostrar como realmente se passou. O saber histórico provém, dessa forma do que os fatos contêm, e não da análise do historiador. Daí o “fetichismo dos fatos” dos historiadores positivistas do século XIX observado por Carr:

“O século XIX foi uma grande época para fatos. “O que eu quero”, disse o sr. Gradgrind em *Hard Times*, “são fatos...Na vida só queremos

fatos.” Os historiadores do século XIX em geral concordavam com ele. (...). Primeiro verifique os fatos, diziam os positivistas, depois tire suas conclusões.”( CARR, 1996, p 44-45)

Os positivistas buscavam uma história objetiva, por isso a sua procura incessante de fatos históricos e sua comprovação científica. Daí a necessidade de se utilizar na pesquisa e análise o máximo de documentos possíveis: para se obter a totalidade sobre os fatos e não deixar nenhuma margem de dúvida no que se refere à sua compreensão.

Segundo Carr (1996, p 51.) “o fetichismo dos fatos do século XIX era completado e justificado por um fetichismo de documentos. Os documentos eram sacrário do templo dos fatos”. Para os positivistas os fatos históricos provêm da análise crítica dos documentos, daí esse fetichismo pelos documentos. É a partir dele que o historiador fará sua construção histórica. Para Langlois e Seignobos (1946, p.15), não há história sem documentos. Durante muito tempo os historiadores acharam que os documentos eram somente aqueles que “esclareciam a parte da história dos homens, digna de ser conservada, transmitida e estudada: a história dos grandes acontecimentos (...), a história política e institucional” (LE GOFF, 1996, p. 106), ou seja, a história narraria, principalmente, a vida dos grandes homens, das grandes batalhas, etc.

Estes documentos seriam principalmente, escritos, pois conforme Lê Goff, cita em sua obra *História e Memória*, “a idéia de que o nascimento da história estava ligado ao aparecimento da escrita levava a privilegiar o documento escrito” (LE GOFF, 1996, p.106). Não que outros tipos de documentos, não-escritos, não foram estudados. Contudo o mais importante era o escrito. Estes documentos poderiam ser cartas, leis, fórmulas, etc, todos precisariam ser lidos, sem emitir uma única linha. A principal habilidade do historiador era tirar tudo do documento, sem acrescentar nada a ele. O melhor historiador era o que se mantinha mais perto do texto, que escrevia e pensava segundo os documentos.

Os positivistas na busca da sua história objetiva também aperfeiçoaram a crítica de documentos. Langlois e Seignobos no seu livro *Introdução aos Estudos Históricos* apresentam toda a metodologia da crítica interna e externa dos documentos. A crítica externa ou de credibilidade visa essencialmente encontrar o original e determinar se o documento é verdadeiro ou falso. Enquanto a crítica interna ou de autenticidade deve interpretar o significado dos documentos, avaliar a competência do seu autor, determinar a sua sinceridade, medir a exatidão do documento, além de controlá-lo através de outros testemunhos. Essa metodologia de críticas aos documentos continua sendo utilizada até os dias de hoje, apesar de ainda ser insuficiente.

A História para os positivistas nada mais era que um conjunto de encadeamento de fenômenos construídos de forma objetiva pelo historiador. Muito da metodologia positivista pode ser encontrada na obra *Introdução aos Estudos Históricos* de Langlois e Seignobos, considerados por muitos o manual do

positivismo, boa parte da metodologia apresentada pelos autores já foi duramente criticada e descartada pelas correntes historiográficas posteriores, mas é inegável o peso da influência positivista na historiografia, inclusive nos dias de hoje.

### **A perspectiva Marxista**

Surgido também em meados da metade do século XIX, o marxismo logo se tornou uma das mais importantes correntes historiográficas. Embora a criação de uma nova teoria da história não tivesse sido um dos feitos mais importantes de Marx, uma vez que poucos dos seus escritos se dirigem diretamente a esse ponto, é inegável o peso da sua influência das suas investigações teóricas na historiografia dos últimos séculos. O marxismo traz uma concepção materialista da história, defendendo na sua concepção mais ortodoxa, duas preposições bastante gerais: 1) que o nível de desenvolvimento das forças produtivas, numa sociedade, explica o conjunto das relações sociais de produção, a estrutura econômica dessa sociedade; e 2) que a estrutura econômica de uma sociedade, sua base econômica, explica as superestruturas legais e jurídicas da sociedade e as formas de consciência.

Marx explicava o funcionamento da sociedade pela produção, ou seja, o modo pelo qual a produção material de uma sociedade é realizada constitui fator determinante da organização política e das representações intelectuais de uma época. Para os marxistas era necessária uma explicação conjuntural dos fatos. Ao contrário dos positivistas que tinham os fatos com explicação em outros fatos, os marxistas tinham o fato com explicação numa análise geral. Enquanto os positivistas procuram a explicação no indivíduo, no fato, os marxistas buscavam a explicação na classe. O fato não é auto-explicativo, ele está relacionado com algo maior.

“Temas, episódios e períodos são isolados para estudo à luz de algum padrão de importância não declarado, e provavelmente inconsciente... Tudo isso teria sido um anátema para Marx. Marx não era empirista. Estudar a parte sem referência ao todo, o fato sem referência à sua significação, o acontecimento sem referência à causa ou consequência, a crise particular sem referência à situação geral, teria parecido a Marx um exercício infrutífero”.(CARR, 1996, p.18).

Para Marx a visão que considera o homem isolado como ponto de partida é absurdo, uma vez que, partindo do princípio que os indivíduos da história tem papéis, o papel é mais importante que o indivíduo. A análise marxista sempre trará a parte dentro do todo, o indivíduo dentro da classe.

O marxismo também se caracterizou por uma história mais preocupada com os fatores econômicos e das condições sociais, característica essa que será mais tarde duramente criticada pela História Nova.

“Desde a Primeira Guerra Mundial o impacto da concepção materialista da história nos escritos históricos tem sido muito forte. Realmente, poder-se-ia dizer que todo o trabalho histórico realizado neste período

foi moldado por sua influência. O sistema desta mudança foi a substituição, na opinião geral, de batalhas, manobras diplomáticas, argumentos constitucionais e intrigas políticas como os principais tópicos de história – “história política” no sentido amplo – pelo estudo de fatores econômicos de condições sociais, da estatística da população, da ascensão e decadência de classes”.(CARR, 1996, p.28-29)

No entanto nem mesmo os historiadores da História Nova ousam discordar da importância do marxismo para a produção historiográfica:

“Como o marxismo, se excetuarmos Max Weber, foi o único pensamento coerente da história do século XX, é importante ver que se produziu à luz da desafeição pela teoria marxista e a renovação das práticas históricas no Ocidente, não contra o marxismo, mas fora dele, embora se concorde com Michel Foucault que alguns problemas capitais para o historiador ainda não podem ser postos, senão a partir do marxismo. No Ocidente, alguns historiadores de qualidade esforçaram-se por mostrar que não só o marxismo podia fazer aliança com “a história nova”, como também estava próximo dessa história, por sua consideração pelas estruturas, a sua concepção de história total, o seu interesse pelo domínio das técnicas e das atividades materiais”.(LE GOFF, 1996, p.128)

Mesmo criticando alguns dos seus métodos e discordando de algumas idéias, a História Nova também destaca o importante papel desempenhado pelo marxismo dentro da produção historiográfica.

### **A História Nova**

A história nova nasceu em grande parte de uma revolta contra a história positivista do século XIX. Considera-se a fundação da revista “Analles”, obra de Marc Bloch e Lucien Febvre, como o ato que fez nascer à nova história. Surgiu no contexto de uma profunda renovação do domínio científico, que se caracterizou pela afirmação de ciências novas, renovação do ensino e da problemática das ciências tradicionais e a interdisciplinaridade, que se traduz no surgimento de ciências compostas.

Dentro desse campo renovado, a história nova vai sofrer influência da geografia humana, criando uma história geográfica, que abre a história nova a busca simultânea do espaço e do tempo. É daí que surge a importância da cartografia para a história nova, grande produtora e consumidora de mapas de pesquisa e explicação, justificados pelo desejo de longa duração inscrita no espaço.

A história nova se caracteriza por uma busca por uma história total, uma hipótese global de explicação. A partir da história nova tudo passa a ser digno de história, nenhum povo por mais insignificante que seja é indigno da curiosidade histórica. A história nova vai ampliar o campo do documento histórico, ela vai

substituir a história fundamentalmente baseada nos documentos escritos dos positivistas por uma história baseada numa multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais,... A partir da história nova tudo passa a ser visto como um possível documento. No entanto, os métodos de crítica desses documentos novos baseiam-se mais ou menos nos mesmos métodos desenvolvidos e aperfeiçoados durante os séculos XVII, XVIII e XIX. Além disto hoje, tem uma grande revolução documental, que é a grande ascensão do quantitativo e da informática, pela utilização de documentos, tem como chegar às massas, registros paroquiais, etc., ou seja, através da história quantitativa e informática, tem como fazer comparações entre vários documentos.

Agora o documento não contém a verdade, nenhum documento é inocente não decorre apenas da escolha do historiador, pois ele é influenciado por sua época e meio; “o documento é produzido consciente ou inconsciente pelas sociedades do passado, tanto para impor uma imagem desse passado, quanto para dizer “a verdade”. (LE GOFF,1995,54). O historiador não é mais o que transcreve o documento, nem deve apenas memorizá-lo, mas questioná-lo. O objetivo não é mais discernir se o documento é falso ou verdadeiro, mas avaliar a credibilidade dele e desmistificá-lo.

Historiadores como Marc Bloch e Lucien Febvre (1995) irão se colocar contra a história política, que segundo eles são uma história-narrativa e de acontecimento e que não passa de um “teatro de aparências que mascaram o verdadeiro jogo da história, que se desenrola nos bastidores e nas estruturas ocultas em que é preciso detectá-lo, analisá-lo e explicá-lo”. Do mesmo modo irão se colocar contra história dos marxistas que segundo eles “procuram aumentar o papel dos fatores econômicos nos conflitos internacionais em detrimento dos fatores políticos e morais”. Para eles deve-se abandonar esses tipos de história superficial e simplista que se detém na superfície dos acontecimentos e investe tudo num fator. Bloch e Febvre acreditavam que era necessário se buscar uma história profunda e total, uma história que não se perde na multiplicidade dos motivos e sabe distinguir entre motivo e causa.

Outra crítica da história nova aos positivistas está na noção de fato histórico. Para eles não há realidade histórica acaba, que se entregaria por si própria ao historiador. Ao contrario do que acreditavam os positivistas os fatos não falam por si só. Os fatos falam apenas quando o historiador os aborda: é ele quem decide quais os fatos devem vir à cena, assim como em que ordem e contexto. Para a história nova o fato histórico não é algo dado ao historiador, mas sim algo construído e inventado pelo historiador, resultado de uma montagem, que exige um trabalho técnico e teórico, com a ajuda de hipótese e conjunturas.

“(…) todo homem de ciência, este, conforme expressão de Marc Bloch, deve, “diante da imensa e confusa realidade”, fazer “sua opção” – o que, evidentemente, não significa nem arbitrariedade, nem simples coleta, mas sim construção científica do documento cuja análise deve

possibilitar a reconstituição ou a explicação do passado.”( LE GOFF, 1995, p.32)

Outra busca da história nova é por uma história não automática, mas problemática. Além disso, os problemas de uma história presente para o tempo presente, para nos permitir viver e compreender num mundo de instabilidade definitivamente. Eles buscavam não uma história meramente descritiva, mas uma história-problema, sintética e comparatista. Buscava-se uma história aberta para “as maneiras de ver e de pensar”. A história nova trouxe uma renovação ao campo da história, buscando fazer algo diferente daquilo que era produzido até então, historiadores como Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernando Braudel trouxeram novos problemas, assim como novas metodologias, além disso, trouxeram novos objetos para o campo da história, renovando os domínios tradicionais da história.

### **O PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) e sua relação com os acontecimentos Históricos**

O PCN determina que o professor seja capaz de ensinar novos métodos de análise para seus alunos, e que ele seja capaz ainda de observar criticamente o uso e produção das coisas que envolvem seu mundo e o mundo de outros, o que engloba conhecer o que se passa tanto na sua vida como na vida de outras pessoas.

“... é fundamental que aprendam a reconhecer costumes, valores e crenças em suas atitudes e hábitos cotidianos e nas organizações da sociedade; a identificar os comportamentos, as visões de mundo, as formas de trabalho, as formas de comunicação, as técnicas e as tecnologias em épocas datadas; e a reconhecer que os sentidos e significados para acontecimentos históricos e cotidianos estão relacionados com a formação social e intelectual dos indivíduos e com as possibilidades e os limites construídos na consciência de grupos e de classes”.(PCN, p. 77)

Sermos capazes de senso crítico nos torna especiais num momento em que a informação é passada de forma generalizante, onde tudo parece que está acontecendo longe de nossas realidades. Como se guerras e conflitos não acometessem nosso dia-a-dia. Como se não fizessemos parte da configuração mundial, com extrema difusão de irresponsabilidade sobre o que pode acontecer assim como aquilo que acontece. Demonstam que cada vez mais o homem deve ser individual e egoísta. É através de novas formas de ensino que vem sendo propostas que devemos refletir sobre o que devemos realmente ensinar a nossos alunos, a importância histórica que o homem foi capaz de produzir no tempo histórico, entendendo os processos que promoveram a configuração de nossas vidas, e agindo criticamente para que não passemos nossa vida sem entender pelo menos quais foram e quais são nossos papéis sociais, e o que neles importam para a vida dos demais (nossa importância histórica). É o que pretende projetos de ensino tal como PCN e pedagogos da atualidade brasileira e mundial.

Se a tendência para um novo ensino aponta a necessidade de incentivar o pensamento crítico na sociedade em geral é por que de uma certa forma os historiadores estavam corretos. A difusão informática que cresceu nas últimas décadas tem trazido seu conteúdo esvaziado de importância e explicações de seus fins. A produção para a massa garante acesso a pessoas que antes não eram inseridas, sendo elas de qualquer estratificação social, mas não garante a qualidade das informações difundidas. Saber atribuir ações humanas em cada acontecimento que vemos ou que presenciamos, que assistimos pela TV, que acessamos na Internet, que vimos nas fachadas de prédios, em processos eleitorais, em leis que são aprovadas por nossas autoridades, incute a responsabilidade de pensar nas probabilidades de erros que podem ser cometidos e que se deve evitar. Não é à toa que devemos ter como experiência os atos passados para contribuir em nossa consciência do que geraram suas atitudes e do que não deve ser admitido para nossa atualidade. Já é um pequeno começo muito importante para a posterioridade se conseguirmos formar alguns sujeitos conscientes. Isto revela a importância que nossos homens do passado revelam hoje para nós. Seu legado age de forma a pensar e reformular questões da atualidade. Igualmente possamos servir de exemplo para outros também.

A necessidade atual se volta muito mais em qualificar as potencialidades metodológicas ao invés de contribuir para a continuidade do pensamento de massa. O projeto deve começar de cima, ou seja, do próprio professor. Este tem suas próprias preocupações e dificuldades, entretanto ainda é capaz de atribuir a sua profissão um certo peso social (Jaime Pinsk e Carla B. Pinsk, in: KARNAL, Leandro. 2003 p.19-36). Neste livro discutem-se novas propostas de ensino através do prisma que envolve o PCN. Uma metodologia voltada para usos de fontes como a literatura, cinema, jornais, imagens, tendo ensino e aprendizagem de ambas as partes (aluno – professor e vice-versa).

Sobre as teorias educacionais podemos destacar três estágios, conforme propõe Paulo Ghiraldelli Jr. O primeiro estágio se divide entre Iluministas (século XVI) e Romântica (séculos XVIII a XIX), e é denominado pelo autor como Humanista. Sobre a educação os homens deste tempo consideram a criança como um pequeno adulto, e sua educação deveria comportar certa liberdade para que quando adulto fosse capaz de “avaliar suas opções e a dos outros e, mais que isso, ter consciência a respeito dos limites de suas próprias opções individuais frente às opções dos outros indivíduos e frente ao bem comum” (GHIRALDELLI, 2000, p.16). O professor deveria ensinar toda uma moral onde o rei fosse respeitado e que nada pudesse estar contra sua vontade, assim deveriam ser seus súditos tal como a lógica do ensino, favorecendo sempre o respeito a um ser supremo.

O segundo estágio é segundo Ghiraldelli nomeado como a Sociedade do trabalho (séculos XIX a XX). O aluno e professor são membros de um espaço interessado em aprendizado e capacitação do indivíduo para o trabalho. Instruir para que o sujeito se enquadre no sistema de produção. Que tenha hábitos e ações condizentes com a moral esperada dos patrões. O professor deve dar liberdade para que o aluno seja um ser ativo, prático construtor e empreendedor, e falha quando

seu aprendiz não consiga se inserir na sociedade. Não deve apenas condicionar hábitos morais cotidianos e sociais para que houvesse uma boa aceitação do sistema do trabalho.

“A sociedade do trabalho é aquela em que os homens que nela vivem conferem *sentido* ao mundo a partir do trabalho e dos acontecimentos e valores ao redor deste”.(GHIRALDELLI, 2000, p.18).

O terceiro e último estágio compreendem o Pós-modernismo (a partir de 1970 até os dias atuais). Este estágio se caracteriza pela crise do estágio anterior, aonde o trabalho vai deixando de ter grande importância na sociedade. Seus principais aspectos deixam de ter peso, inteligência – valores morais – cidadania, e cria o campo para o que se denomina pós-moderno. O indivíduo age e vive para conseguir se manter, ele passa pelo desemprego e faz de tudo para que consiga se manter. Assim o professor deve abranger capacidades de encontrar um meio onde o aluno consiga pensar e agir de forma reflexiva. Que tenha jogo de cintura para resolver problemas ao seu redor, agindo conscientemente sobre aquilo que acontece, sabendo sua responsabilidade que refletirá no futuro de outras gerações vindouras. O professor falhará se não conseguir incutir a reflexão sobre os novos atores históricos que farão a história do futuro. Entretanto parece que as necessidades desta sociedade pós-moderna são focalizadas no consumismo, e o que dita as regras são extremos de beleza, de saúde e vida longa, para continuar aproveitando a vida por mais tempo. As discussões educacionais serão em torno de educar para o individual ou para uma pessoa capaz de pesar as ações em sociedade. Ainda GhiraldeLLi aponta que se deve fazer uma didática onde o aluno observe os problemas de sua vida, tomando sua posição a partir da reflexão, para então conduzir suas atitudes frente aos seus problemas (p. 55 a 59).

### **O ensino de História no Brasil**

A história passou a ser disciplina no ensino público no século XVIII na França como meio de justificar fatos e surgimento da burguesia e também era um modo de fortalecer a nacionalidade. No Brasil foi introduzida no séc. XIX e durante muito tempo esteve em torno do ensino de uma história mais tradicional, positivista (cronológica, factual, fragmentada).

“Nos anos 80(...), ocorreu uma renovação na área pedagógica e a produção historiográfica também se renovou na busca de novas abordagens, novos rumos, novos problemas”.(BERBEL, 1999, p.103).

Houve uma verdadeira renovação, novas abordagens, novos rumos inclusive em relação ao ensino de história. Segundo Berbel a nova proposta no ensino de história é de que se forme um homem capaz de integrar os fatos, relacionar passado e presente e perceber-se como agente transformador em seu momento atual. Ao professor cabe formar cidadãos críticos, conscientes e transformadores da realidade, e que discutam junto ao professor apresentem suas concepções

participando assim do processo de ensino-aprendizagem, onde aluno e professor aprendem entre si. Mas aplicar esta nova forma de ensino de História não é fácil. Falta tempo, para alguns professores uma boa formação e incentivo, e uma grande dificuldade em se romper com a forma de ensino tradicional e com a história tradicional. Os livros didáticos apresentam grandes lacunas, falta-lhes teoria, conceitos e muitas vezes apresenta uma história mistificadora e o professor deve estar atento a isto. O professor ainda é o centro no processo de ensino, e a maioria das abordagens são factuais, narrativas, abordando o aspecto político e os grandes personagens históricos (o que ocorre na maioria dos livros didáticos). Com o marxismo, (uma história mais voltada à classe operária, que focaria a sociedade mais no geral), e o surgimento da Escola dos Annales, (ampliação das fontes, interdisciplinaridade, abordagem dos fatores econômicos, sociais, políticos...) impulsionam a renovação historiográfica.

“A nova visão de história procura concretizar a proposta de história global, levando em consideração todos os elementos constitutivos da sociedade, em sua formação ao longo do tempo e analisando o passado em função do presente problematizando”.(BERBEL, 1999, p.111).

O ensino de história também passa por transformações as quais o aluno agora deve ser capaz de inserir-se no processo de construção dos saberes e desenvolver pensamento crítico. Segundo Selva Guimarães Fonseca, em seu texto “A nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases), os PCNs e o ensino de História”, o mundo moderno é de inconstâncias e rápidas mudanças, e está ocorrendo segundo ela a crise da educação, de valores na sociedade. É preciso mostrar a integração entre educação, cultura, memória e ensino de história, socializar o homem através da educação. Com o direito de educação estendido a todos e o acesso as escolas públicas no Brasil e mudança do sistema de ensino da elite para uma escola de massas, surgem questionamentos de como ter conteúdos comuns a uma sociedade tão heterogênea e como acolher estas minorias sociais. O que seria então importante ensinar em História?

Segundo a LDB é necessário transmitir uma base nacional, comum a ser complementada, levar em conta a contribuição de diferentes etnias para formação do povo brasileiro, e mostrar-lhes o significado de ciência, das letras, das artes. De acordo com os PCNs é preciso transmitir aos alunos conhecimentos a respeito de outros grupos sociais, reconhecer mudanças e permanências próximas e distantes, valorizar o patrimônio sócio-cultural e respeitar a diversidade fortalecendo a cidadania. Nos anos 60, 70 a escola era vista como mero veículo de reprodução da memória do vencedor. A partir dos anos 80, com um redirecionamento, deu-se ênfase aos conflitos de classe e as formas culturais. Percebeu-se também que a escola está constantemente realizando uma reorganização e reestruturação dos saberes e o professor de história tem o papel de fazer com que os alunos assimilem e incorporem esses ensinamentos de forma variada. O professor pode trabalhar com

novas fontes e temas e rever seus saberes e práticas, e o papel da história seria então de formação política, cultural, social da sociedade.

Ao realizarmos estas atividades estaremos dando para o aluno a oportunidade de entrar em contato com novos tipos de fontes, e aprender a fazer uso destas, ou seja, irão apartir desta atividade treinar não só a leitura de novas fontes com a análise e escrita sobre estas. Fernando Seffner propõe exatamente isto em seu texto “Teoria, Metodologia e Ensino de História”, onde ele diz que é preciso que o aluno entre em contato com novas fontes “na disciplina de História o aluno deve ler documentação histórica diversa: cartas, bulas, notícias de jornais e revistas, fichas de identificação pessoal, propagandas de produtos e eventos...”(p.275). Tendo contato com estes materiais será capaz de compreender as produções humanas em suas variadas dimensões e contextos.

### **Referências:**

- CARR, Edward Harlett. **Que é História?**. Trad. Lúcia Maurício de Alvarenga. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- FONSECA, Selva Guimarães. **“A nova LDB, os PCNs e o ensino de História”**. In: Didática e prática do ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizados. Campinas, SP: Papirus, 2003.
- GHIRALDELLI JR, Paulo. **Didática e teorias educacionais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- KARNAL, Leandro (org). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003.
- LANGLOIS, Ch. V. e SEIGNOBOS, Ch. **Introdução aos Estudos Históricos**. Trad. Laerte de Almeida Morais. São Paulo: Renascença, 1946.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- Secretaria de Educação Nacional. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história**. Brasília: MEC, 1998.
- SEFFNER, Fernando. **Teoria, metodologia e ensino de História**. In: Questões de Teoria e Metodologia da História. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000.
- SILVA, Tomás Tadeu (org). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos Estudos culturais em educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- VASCONCELOS, Maura M. M. **“ Ensino de História: Concepção e prática no ensino médio”**.IN: Metodologia da Problematização: Fundamentos e aplicações. Org. Neusi A. N. Berbel. Londrina: Ed. UEL, 1999.